

**André Mauro Lacerda Azevedo**  
**Orlando Faccini Neto**

# **O BEM JURÍDICO-PENAL**

**Duas visões sobre a legitimação do  
Direito Penal a partir da teoria do bem jurídico**



*livraria* //  
**DO ADVOGADO**  
*editora*

Porto Alegre, 2013

STJ00117171

©

André Mauro Lacerda Azevedo  
Orlando Faccini Neto  
2013

*Capa, projeto gráfico e diagramação*  
Livraria do Advogado Editora

*Revisão*  
Rosane Marques Borba

*Direitos desta edição reservados por*  
**Livraria do Advogado Editora Ltda.**  
Rua Riachuelo, 1300  
90010-273 Porto Alegre RS  
Fone/fax: 0800-51-7522  
editora@livrariadoadvogado.com.br  
www.doadvogado.com.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

## **Sumário**

---

### **O BEM JURÍDICO E OS CRIMES DE PERIGO ABSTRATO**

ANDRÉ MAURO LACERDA AZEVEDO

<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>2. A necessidade de um Direito Penal do bem jurídico.....</b>	<b>21</b>
2.1. A compreensão do bem jurídico e sua legitimação a partir da norma penal.....	21
2.2. O poder de decisão do legislador na escolha do bem jurídico-penal.....	28
2.2.1. A discricionariedade do legislador penal e a jurisdição constitucional	28
2.2.2. O legislador penal e os valores	32
2.3. O bem jurídico e sua função crítica.....	35
2.4. A lesão a interesses alheios e o <i>harm principle</i> .....	42
<b>3. Em busca da legitimação dos crimes de perigo abstrato a partir da perspectiva do direito penal do bem jurídico.....</b>	<b>48</b>
3.1. O bem jurídico e a construção dogmática dos delitos de perigo abstrato.....	48
3.2. Os crimes de perigo abstrato enquanto instrumento efetivo de realização das necessidades da sociedade moderna.....	53
<b>4. Os princípios da culpa e da precaução e os crimes de perigo abstrato.....</b>	<b>59</b>
4.1. A compatibilidade entre os crimes de perigo abstrato e o princípio da culpa.....	59
4.2. Princípio da precaução: um novo critério de justificação dos crimes de perigo abstrato.....	65
<b>Conclusão.....</b>	<b>73</b>
<b>Referências.....</b>	<b>75</b>

### **RELAÇÕES ENTRE O CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO E O DIREITO PENAL: UM ESTUDO A PARTIR DO BEM JURÍDICO**

ORLANDO FACCINI NETO

<b>Introdução.....</b>	<b>81</b>
<b>2. Da Constituição ao Direito Penal: uma transição possível.....</b>	<b>83</b>
2.1. Os direitos fundamentais em sua dimensão objetiva: a Constituição como fonte.....	83
2.2. Dos deveres de proteção aos imperativos de tutela penal, uma relação difícil.....	90

<b>3. Do Direito Penal à Constituição: uma transição necessária.....</b>	<b>95</b>
3.1. O bem jurídico em questão.....	95
3.2. Uma tentativa de legitimação constitucional da teoria do bem jurídico.....	102
<b>4. Algumas objeções e algumas respostas.....</b>	<b>110</b>
<b>5. Tratamentos possíveis à constitucionalização do Direito Penal.....</b>	<b>117</b>
5.1. O caso brasileiro.....	117
5.2. Aportes do Direito português: o «mau exemplo» do aborto.....	125
<b>Conclusão.....</b>	<b>138</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>140</b>